

Je

Jornal do
Engenheiro

O *fundamental* trabalho dos engenheiros em São Paulo



Reportagem do **Jornal do Engenheiro** acompanha profissionais na Capital e mostra importância de sua atuação para a população. Categoria orgulha-se da atividade, mas reivindica remuneração justa e ampliação do quadro de pessoal.

Páginas 4 e 5

Carlos Lacerda acompanha obra para evitar enchente na Rua São Caetano, no Brás, uma das 14 em andamento na Subprefeitura da Mooca.





SEGUE A LUTA PELO DESENVOLVIMENTO

**Eng. Murilo Celso
de Campos Pinheiro**
Presidente

CHEGA A UMA NOVA etapa com a publicação intitulada “Novos desafios”, que circula a partir deste mês, o projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, lançado pela Federação Nacional dos Engenheiros (FNE) em 2006. Criada frente a uma realidade de estagnação econômica, a iniciativa desde então tem o objetivo de propor a discussão sobre a necessidade e a possibilidade de se expandir a economia nacional de forma sustentável e com distribuição de renda. As premissas básicas da proposta eram a meta de ampliação do Produto Interno Bruto (PIB) de 6% ao ano, com 25% de investimentos públicos e privados, e uma administração da macroeconomia de forma a reduzir juros e estimular o gasto produtivo.

Uma primeira fase desse esforço passou por apontar a necessidade de investimento em infraestrutura, cujas deficiências representavam sérios gargalos. A instituição do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2007, de certa forma respondeu a essa demanda e estimulou a economia. Ainda, medidas de distribuição de renda, sobretudo a valorização do salário mínimo, acertadamente garantiram o fortalecimento do mercado interno, o que serviu inclusive como anteparo frente à crise financeira que varreu o mundo a partir do segundo semestre de 2008.

Hoje, deparamo-nos com um duplo desafio: dar continuidade ao esforço de melhorar a infraestrutura nacional, ainda seriamente insuficiente apesar dos progressos feitos, e buscar o avanço industrial, sem o qual não escaparemos ao subdesenvolvimento. Apesar da importância gigantesca da agricultura, um país com tais dimensões e complexidades não poderá viver eternamente da venda de *commodities* se quiser transformar-se numa nação em que haja condições de vida digna para todos e com inserção qualificada no panorama global. Partindo desse pressuposto, os engenhei-



ros brasileiros, por meio do projeto “Cresce Brasil”, incluem na sua pauta de debates com os governantes, parlamentares e a sociedade em geral a necessidade de reindustrializar o Brasil, com inovação e ganhos de produtividade. Dar conta dessa tarefa implica tomar medidas corretas na área econômica e estabelecer uma política de Estado estrategicamente voltada a tal objetivo, por exemplo adensando cadeias produtivas promissoras. É urgente também investir em pesquisa e desenvolvimento. Por fim, é preciso que se pense na mão de obra essencial a alcançar tais metas. Um dado positivo é que, desde 2006, quando teve início o “Cresce Brasil”, houve significativo aumento da procura

pelos cursos de engenharia por parte dos jovens estudantes. De um patamar de 30 mil concluintes por ano, saltamos para cerca de 54 mil, em 2012, conforme dados do censo do ensino superior do Ministério da Educação (MEC). É necessário manter a dinâmica que estimule as carreiras voltadas ao desenvolvimento e ponto essencial nesse sentido é a valorização profissional, que inclui remuneração justa, condições adequadas de trabalho e reconhecimento. A FNE e o SEESP apresentam, assim, à sociedade e, especialmente, aos candidatos nas eleições deste ano, uma proposta de debate sobre o futuro do Brasil. Convidamos todos a integrá-lo.

É preciso estabelecer
uma política de Estado
estrategicamente
voltada ao avanço
industrial, por exemplo
adensando cadeias
produtivas promissoras.
É urgente, também,
investir em pesquisa.

JORNAL DO ENGENHEIRO — *Publicação quinzenal do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo*

Diretora responsável: Maria Célia Ribeiro Sapucahy. Conselho Editorial: Murilo Celso de Campos Pinheiro, João Carlos Gonçalves Bibbo, Celso Atienza, João Paulo Dutra, Henrique Monteiro Alves, Marcos Wanderley Ferreira, Carlos Alberto Guimarães Garcez, Fernando Palmezan Neto, Antonio Roberto Martins, Edilson Reis, Esdras Magalhães dos Santos Filho, Flávio José Albergaria de Oliveira Brizida, Álvaro Luiz Dias de Oliveira, Aristides Galvão, Celso Rodrigues, Cid Barbosa Lima Junior, Fabiane B. Ferraz, João Guilherme Vargas Netto, Luiz Fernando Napoleone, Newton Güenaga Filho, Osvaldo Passadore Junior, Renato Becker e Rubens Lansac Patrão Filho. Colaboração: Delegacias Sindicais. Editora: Rita Casaro. Editora assistente: Soraya Misleh. Repórteres e revisoras: Rita Casaro, Soraya Misleh, Lourdes Silva, Rosângela Ribeiro Gil e Deborah Moreira. Projeto gráfico: Maringoni. Diagramadores: Eliel Almeida e Francisco Fábio de Souza. Apoio à redação: Jéssica Thais Oliveira Silva e Monique Alves. Sede: Rua Genebra, 25, Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01316-901 – Telefone: (11) 3113-2650 – Fax: (11) 3106-8829. E-mail: imprensa@seesp.org.br. Site: www.seesp.org.br. Tiragem: 31.000 exemplares. Fotolito e impressão: Folha Gráfica. Edição: 16 a 31 de julho de 2014. Artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo a opinião do SEESP.

ALINHADO A
ANATEC
PUBLICAÇÃO ESPECIALIZADA





Qual o horizonte que sua empresa quer alcançar?

Divulgue seu produto ou serviço aos engenheiros do Estado de São Paulo.

Anuncie aqui!

(11) 99173-0651

(11) 3284-9880

Sua ART pode beneficiar o Sindicato dos Engenheiros. Ao preencher o formulário da ART, não esqueça de anotar o código 068 no campo "entidade de classe". Com isso, você destina 16% do valor para o SEESP. Fique atento: o campo não pode estar previamente preenchido.

"Cresce Brasil" no Porto de Bertioga

José Antonio Marques de Almeida

A USINA HIDRELÉTRICA DE ITATINGA, em Bertioga, foi construída pela Companhia Docas de Santos, de 1904 a 1910, para fornecer energia ao Porto de Santos. Por anos, alimentou todo o complexo portuário e vendia o excedente para cidades vizinhas. Passados mais de 100 anos, as antigas máquinas permanecem operando, gerando os mesmos 15 megawatts, suficientes para 70% do porto de hoje.

Todos os equipamentos do complexo hidrogerador – incluindo cinco turbinas de quatro toneladas e cinco geradores de oito toneladas, tubos de ferro, trilhos da linha férrea, cabos e torres da linha de alimentação de 30 km de extensão – foram transportados por embarcações navegando no canal de Bertioga. Por quase 100 anos, esse caminho fez parte da logística da Usina de Itatinga.

Hoje, o transporte entre o porto e a Usina de Itatinga é pela Rio-Santos (BR 101) e o Canal de Bertioga é utilizado por barcos de recreio. Por falta de estratégia e planejamento, não se utiliza essa via para levar carga, o que retarda o progresso regional.

Há dois anos, apresentei à Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp) uma ideia para construir uma Rede Hidroviária da Baixada Santista. Ela é formada pelos rios Branco, Mariana, Piaçabuçu e Canal de Bertioga. Visitei os prefeitos da região, entre Praia Grande e Bertioga, para demonstrar essa possibilidade e motivar a participação dos municípios nesse projeto,

que prevê uma rede de comércio por rios, muito comum na Europa. Houve forte interesse e várias entidades locais têm promovido seminários sobre o tema.

É preciso construir o porto indústria em Bertioga, proposta que se encaixa no projeto "Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento", iniciativa lançada em 2006 pela Federação Nacional dos Engenheiros (FNE). A meta é desenvolver a Região

É preciso criar uma rede hidroviária da Baixada Santista que leve desenvolvimento a toda a região.

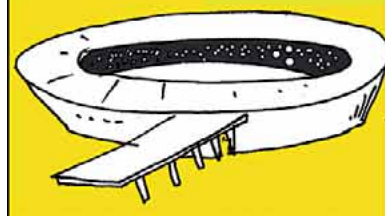
Metropolitana da Baixada Santista (RMBS) e garantir qualidade de vida, usando o canal de navegação como infraestrutura de ligação com o maior porto do Hemisfério Sul. Essa transfusão econômica vai possibilitar instalações de plantas industriais também na área continental de Santos e Guarujá, não poluentes e com logística competitiva.

As águas para mover as pás do projeto do Porto de Bertioga fluem pelo seu canal, onde todo ano ocorre a Maratona de Natação 14 Bis. Assim como percorrer a raia de 42 km de natação, colocar barcaças navegando como logística do Porto Indústria de Bertioga vai representar muita excitação e chances de vitória.

José Antonio Marques de Almeida, o Jama, é engenheiro portuário e diretor do SEESP

TIVEMOS COPA

TIVEMOS ESTÁDIOS.



TIVEMOS GOLS...



TIVEMOS FESTA...



SÓ NÃO TIVEMOS SELEÇÃO...





OS ENGENHEIROS E A C

Deborah Moreira

A LISTA DE RESPONSABILIDADES da categoria na Capital é extensa: executar projetos e obras, fazer planejamento, gestão de transporte, trânsito e resíduos sólidos, drenagem urbana, diversos tipos de licenciamento e a manutenção e operação de espaços públicos, entre outras tarefas. No último concurso realizado pela Prefeitura, em 2013, para engenheiro civil, elétrico, mecânico e químico, entre as funções exigidas estavam: “desenvolver projetos de engenharia nas respectivas modalidades; executar, supervisionar e fiscalizar obras e serviços técnicos; elaborar orçamentos; emitir parecer para contratação de empreendimentos, coordenar a operação e sua manutenção; controlar a qualidade dos suprimentos e serviços comprados e executados; realizar perícias afins; elaborar normas e documentação técnica; desenvolver outras atividades afins”.

Para dar conta desse rol de tarefas na cidade de quase 12 milhões de habitantes, a Prefeitura Municipal de São Paulo conta com 667 engenheiros concursados que atuam em 18 das 27 secretarias (429) e em todas as 31 subprefeituras (238). Dependendo do órgão em que está locado, o profissional acumula funções, algumas burocráticas, como a dos que atuam na Assessoria Jurídica da Secretaria de Infraestrutura Urbana (Siurb), onde todos os documentos e contratos passam por revisão antes de irem para a mesa do secretário.

Para atestar sua importância para o desenvolvimento da capital paulista e seus moradores, a reportagem do **Jornal do Engenheiro** acompanhou alguns desses trabalhadores do serviço público municipal em suas rotinas. “Aqui fazemos obras de grande porte de drenagem de águas pluviais, com planejamento. Também

damos apoio às subprefeituras”, explica o engenheiro Michel Célio Kange, superintendente de Obras Viárias da Siurb. No entanto, como ocorre nas subprefeituras, a execução das obras fica a cargo de empresas privadas contratadas por licitação.

A utilização de mão de obra terceirizada para suprir as demandas do município tem sido crescente. Segundo a assessoria de imprensa da Prefeitura, contudo, “não seria possível fazer o levantamento preciso devido ao grande número”.

Muito trabalho, pouca gente

De acordo com o Município, a Siurb possui 79 profissionais. Segundo Kange, o número é insuficiente para atender uma cidade do porte de São Paulo.

Já na Subprefeitura da Mooca, que atende os distritos Mooca, Belém, Água Rasa, Tatuapé, Brás e Pari, 18 engenheiros fazem parte do quadro. Atualmente, 14 obras de grande porte estão em andamento, sete de drenagem.

Um desses profissionais é Alexandre Valdez, um dos dois engenheiros agrônomos responsáveis pela área verde dentro dos 35 km² atendidos pela Coordenadoria de Projetos e Obras (CPO) da Subprefeitura da Mooca. Ele também concorda que falta gente para dar conta da demanda de forma adequada. “O ideal era ter mais equipes e tempo para fazer o planejamento e evitar retrabalho. Quando você atende a uma reclamação sobre uma árvore em uma determinada rua, ali ao lado tem outra em igual situação. Se você só atende em cima do pedido, não resolve o problema de fato.



O engenheiro Mauro Martins, coordenador das obras real

Precisamos de tempo para atender a toda a população e economizar recursos”, explica.

O agrônomo reforça que o mesmo deve ser feito na época de chuvas: “A poda ou retirada da árvore, com risco de queda, pode ser feita antes de algum acidente ocorrer”.

Quem também espera um planejamento maior da administração pública para as atividades é a chefe de unidade da CPO da Mooca, a engenheira Maria Christina Zacchello. Ela chega ao trabalho por volta das 6h30 para acompanhar a saída das equipes terceirizadas, que fazem sarjetas, guias, calçadas, rampas de acessibilidade e manutenção em praças. “Apesar do número reduzido de pessoal, a gente tem feito um pequeno milagre. De janeiro a junho a equipe de manutenção fez 200 rampas de acessibilidade. Já a de projetos e obras fez mais 120. E é algo que é prioridade dentro dessa administração”, conta.

Quadro técnico reduzido gera falta de planejamento do Município. No setor de poda de árvores, o corte antes do período de chuvas poderia evitar acidentes.

DELEGACIAS DO SINDICATO – ALTA MOGIANA: Av. Mogiana, 1.885 – Ribeirão Preto – CEP: 14075-270 – Tels.: (16) 3628-1489 - 3969-1802 – E-mail: altamogiana@seesp.org.br. ALTO TIETÊ: R. Coronel Souza Franco, 720 – CEP: 08710-020 – Tel./fax: (11) 4796-2582 – E-mail: seesp.mogidascruzes@terra.com.br. ARAÇATUBA: R. Antônio Pavan, 75 – CEP: 16020-380 – Tel.: (18) 3622-8766 – E-mail: aracatuba@seesp.org.br. ARARAQUARA: R. São Bento, 700 – 9º and. – sala 93 – CEP: 14800-300 – Tel./Fax: (16) 3322-3109 – E-mail: araraquara@seesp.org.br. BAIXADA SANTISTA: Av. Senador Pinheiro Machado, 424 – Santos – CEP: 11075-000 – Tel./Fax: (13) 3239-2050 – E-mail: baixadasantista@seesp.org.br. BARRETOS: Av. Cinco, nº 1.145 – CEP: 14783-091 – Telefones: (17) 3322-7189 - 3324-5805 - 3322-8958 – E-mails: barretos@seesp.org.br - seespbarretos@uol.com.br - seespbarretos@gmail.com. BAURU: Rua Constituição, 8-71 – CEP: 17013-036 – Tel./Fax: (14) 3224-1970 – Página: seesp.org.br/bauru.html – E-mail: secretaria@seespbauru.org.br. BOTUCATU: R. Rangel Pestana, 639 – CEP: 18600-070 – Tel./Fax: (14) 3814-3590 – E-mail: botucatu@seesp.org.br. CAMPINAS: Av. Júlio Diniz, 605 – CEP: 13075-420 – Tels.: (19) 3368-0204 / 0205 / 0206 – E-mail: campinas@seesp.org.br. FRANCA: R. Voluntário Jaime de Aguiar Barbosa, 1.270 – CEP: 14403-365 – Tels.: (16) 3721-2079 - 3722-1827 – E-mail: franca@seesp.org.br. GRANDE ABC: R. Haddock Lobo, 15/19 – Santo André – CEP: 09040-340 – Tel.: (11) 4438-7452 – Fax: (11) 4438-0817 – E-mail: abc@seesp.org.br. GUARATINGUETÁ: R. Pedro Marcondes, 78 – sala 34 – CEP: 12500-340 – Tel./Fax: (12) 3122-3165 – E-mail: guaratingueta@seesp.org.br. JACAREÍ: Av. Pensilvânia, 531 – CEP: 12300-000 – Tel./Fax: (12) 3952-4840 – E-mail: jacarei@seesp.org.br. JUNDIAÍ: R. Prudente de Moraes, 596 – CEP: 13201-004 – Tel.: (11) 4522-2437 – E-mail: jundiaiseesp@terra.com.br. LINS: Rua Rio Branco, 273 – Ed. Galeria Torre de Lins – 9º andar – Sala 94 – Centro – Lins/SP – CEP: 16400-085 – Tel.: (14) 3522-2119 – E-mail: seespplins@terra.com.br. MARÍLIA: R. Carlos Gomes, 312 – cj. 52 – CEP: 17501-000 – Tel./Fax: (14) 3422-2062 – E-mail: seespmar@uol.com.br. PINDAMONHANGABA: R. Dr. Rubião Junior, 192 – 3º andar – sala 32 – CEP: 12400-450 – Tel./Fax: (12) 3648-8239 – E-mail: pinda@seesp.org.br. PIRACICABA: R. Benjamin Constant, 1.575 – CEP: 13400-056 – Tel./Fax: (19) 3433-7112 – E-mail: piracicaba@seesp.org.br. PRESIDENTE PRUDENTE: R. Joaquim Nabuco, 623 – 2º andar – sala 26 – CEP: 19010-071 – Tel./Fax: (18) 3222-7130 – E-mail: pprudente@seesp.org.br. RIO CLARO: Rua Dois, 2.727 – Vila Operária – CEP: 13504-090 – Tel./Fax: (19) 3534-9921 – E-mail: rioclaro@seesp.org.br. SÃO CAETANO DO SUL: Estrada das Lágrimas, 1.708 – Tel.: (11) 2376-0429 – E-mail: saocaetano@seesp.org.br. SÃO CARLOS: R. Rui Barbosa, 1.400 – CEP: 13560-330 – Tel./Fax: (16) 3307-9012 – E-mail: scarlos@seesp.org.br. SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: R. Paulo Setubal, 147 – sala 31 – CEP: 12245-460 – Tel.: (12) 3921-5964 – Fax: (12) 3941-8369 – E-mail: seespjcc@uol.com.br. SÃO JOSÉ DO RIO PRETO: Alameda das Orquídeas, 150 – CEP: 15061-150 – Tel./Fax: (17) 3232-6299 – E-mail: sjriopreto@seesp.org.br. SOROCABA: R. da Penha, 140 – CEP: 18010-000 – Tel./Fax: (15) 3231-0505 / 3211-5300 – E-mail: sorocaba@seesp.org.br. TAUBATÉ: Rua Venezuela, 271 – CEP: 12030-310 – Tels.: (12) 3633-5411 - 3631-4047 – Fax: (12) 3633-7371 – E-mail: taubate@seesp.org.br.

CIDADE DE SÃO PAULO



Realizadas no entorno da Arena Corinthians, em ação.

Zacchello explica que sua função é basicamente atender à demanda gerada pelos moradores. Ou seja, planejamento urbano para dar mais qualidade à cidade só é possível para obras pequenas, como revitalização de praças.

Além do trabalho que é feito diariamente, os engenheiros da Prefeitura fazem plantão na Defesa Civil, inclusive nos finais de semana com esquema de revezamento. “Qualquer acidente que envolva vias públicas, equipamentos da cidade e áreas de risco, temos que estar prontos para atender”, reforça Carlos Eduardo de Lacerda e Silva, também da CPO da Subprefeitura da Mooca.

Para o chefe de unidade Carlos Roberto Gonçalves, o Carlinhos, que atua há 30 anos no serviço público, a presença do profissional de engenharia para o funcionamento da cidade é fundamental. “Sem a presença do engenheiro as avaliações das obras não ocorrem. É preciso um engenheiro para vistoriar e fazer um laudo para que se tenha uma solução para determinado problema”, diz.

O engenheiro civil Mauro Messa Martins foi o responsável técnicos por algumas das obras da Prefeitura no entorno da Arena Corinthians, para a Copa 2014: um viaduto e duas praças, uma de convivência e dispersão e outra de dispersão do público na saída do estádio. “Fiz a leitura do projeto

para concretizá-lo, atuei na fiscalização, com muita papelada e burocracia, debaixo desse sol, mas valeu a pena. O trabalho ficou excelente”, atestou Martins, que fez questão de apresentar a equipe de sete pessoas da manutenção, chamada às pressas para rebaixar um trecho da guia da calçada para evitar que os torcedores tropeçassem ao deixar o local em meio à multidão.

Insatisfação

A satisfação de Martins com o trabalho feito não se estende à remuneração recebida por ele. “Temos um piso da categoria que, por lei, é na faixa dos R\$ 6,5 mil, enquanto na Prefeitura o profissional em início de carreira ganha metade disso. Estou nessa luta também”. A batalha a que se refere é a mobilização dos engenheiros e arquitetos da administração municipal, que desde o ano passado reivindicam recuperação das perdas inflacionárias e um plano de carreira que garanta ganhos compatíveis com sua importância para o Município (*leia mais em JE 454 e 455*).

Maria Christina Zacchello faz coro ao colega. Ela conta que há dois anos trocou o emprego no setor privado pelo serviço público com o “intuito de ajudar a cidade”, mas não tem sido fácil manter a escolha. “Continuo aqui porque eu quero fazer algo pela comunidade. Eu ganhava cinco vezes mais do que hoje. Quem paga as contas lá em casa é meu marido. E trabalho tanto quanto antes”, lamenta.

Com base no que vem ocorrendo em seu departamento, Kange prevê: “Nesse ritmo que está, se nada for feito, em oito anos não haverá mais engenheiro concursado. Tenho um cargo para diretor de divisão aqui no departamento que está vazio; ninguém quer.”

Segundo a Prefeitura, a remuneração inicial do engenheiro é de R\$ 3.157,34, sendo R\$ 1.857,26 como padrão mais R\$ 1.300 de gratificação. No entanto, Lacerda, que também é Delegado Sindical do SEESP, corrige: os 100% da gratificação só são alcançados após três anos de estágio probatório. Antes disso, é de

R\$ 650. A remuneração no final da carreira é de R\$ 7.404,74. Ou seja, é preciso décadas de dedicação para se ganhar um pouco mais que o piso do setor privado, atualmente de R\$ 6.516,00.

Outro fator que concorre para baixar o moral da categoria no município é a ocupação de cargos técnicos, que seriam exclusivos de engenheiros e arquitetos, por outros profissionais. A partir da Lei 13.169, de 2001, alguns cargos passaram a ser ocupados por geólogos e tecnólogos em construção civil, eletricidade ou mecânica. Outros 500 tornaram-se de “livre provimento”, bastando a formação de nível superior. Nesses casos, o ingresso não se dá por concurso público, e sim em regime de CLT, e com remuneração mais elevada, conforme atesta Lacerda: “Quando era coordenador na Subprefeitura Jaconã, entre 2005 e 2009, havia outro no mesmo cargo, contratado por CLT, que ganhava 40% a mais que eu. Além disso, quem assume esses cargos geralmente chega sem saber nada e perdemos um tempo para explicar”.

Fundamental, mas invisível

Além do acúmulo de trabalho e baixa remuneração, os engenheiros que atuam na cidade de São Paulo ressentem-se da falta de prestígio da categoria, apesar da importância inegável para a população. “Há um desconhecimento sobre o nosso trabalho, sobre a importância do papel que cumprimos na organização territorial da cidade, seja no planejamento urbano, na gestão do trânsito ou mesmo na manutenção de espaços públicos como praças e parques”, lamenta Carlos Lacerda da Silva, da Subprefeitura da Mooca.

Para ele, a recente greve da categoria, realizada entre 27 de maio e 11 de junho, evidenciou essa situação. “Muito serviço ficou acumulado nesses dias em que precisamos nos mobilizar para pressionar a Prefeitura a retomar as negociações com a categoria. Mas a população não percebe porque a maior parte do serviço que prestamos ocorre de forma indireta”, lembra.

Essencial ao dia dia, categoria atua do planejamento aos casos emergenciais, passando por obras, manutenção e limpeza.

Curiosamente, a invisibilidade social, tema da tese de doutorado de Fernando Braga da Costa na Universidade de São Paulo (USP), intitulada “Homens invisíveis: relatos de uma humilhação social”, não atingiria profissionais de nível superior e notório saber técnico como é o caso dos engenheiros. As vítimas desse fenômeno, conforme atestou o pesquisador, são comumente garis, ambulantes, porteiros, motoristas de ônibus, trocadores, controladores de voo, bilheteiros, faxineiras. Ou seja, trabalhadores absolutamente essenciais à vida cotidiana e ao bem estar coletivo, mas desvalorizados pela baixa remuneração ou escolaridade.

No entanto, a queixa apontada por Lacerda e Silva é corriqueira entre a categoria na capital paulista. Michel Célio Kange, superintendente de Obras Viárias da Secretaria de Infraestrutura Urbana (Siurb) dá uma pista do porquê: a falta de valorização dos profissionais pelos administradores públicos que assumiram a prefeitura nos últimos anos.



Projeto aponta *necessidade de deter* desindustrialização

Soraya Misleh

“AO MESMO TEMPO em que é vital dar continuidade aos esforços de ampliação e modernização da infraestrutura de serviços públicos e de apoio à produção – mote central das etapas anteriores do projeto ‘Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento’ e que se mantém plenamente atual –, um novo desafio agora integra o cenário nacional: o da desindustrialização.” Com esse diagnóstico, abre-se o primeiro texto de mais uma etapa do “Cresce Brasil”, desta vez sob o mote “Novos desafios”. A iniciativa da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), lançada em 2006, vem sendo atualizada desde então.

O documento de 2014 que dá continuidade ao projeto dos engenheiros ao desenvolvimento nacional sustentável com distribuição de renda, a exemplo dos anteriores, será entregue aos candidatos a Presidente, a governadores, bem como aos Legislativos nacionais e estaduais. A ideia é trazer as contribuições da categoria aos seus programas de gestão.

Segundo Artur Araújo, consultor do “Cresce Brasil”, que compilou as notas técnicas que compõem a atual versão e a redigiu, “sua grande adição é o tema da produção industrial”. Ele aponta como prioridades identificadas agora “evitar a desindustrialização precoce em curso, adensar as cadeias produtivas e, sobretudo, inovar e agregar tecnologia, ao que o papel do engenheiro é estratégico”. De acordo com o especialista, tais demandas partem

da premissa de que o aumento do poder aquisitivo do brasileiro, nos últimos tempos, não foi acompanhado na mesma velocidade e intensidade pela produção interna. Como consta do documento, é preciso ainda, para tanto, “valer-se criativamente das vantagens competitivas nacionais e da pujança potencial do mercado interno brasileiro”.

Diante do quadro atual, consequentemente, diz Araújo, “quem tem levado vantagem é o produtor externo”. Na nova versão do “Cresce Brasil” é evidenciado esse problema: “A participação de itens importados no consumo brasileiro de máquinas e equipamentos cresceu de 52% em 2007 para 66% em 2013.”

O gargalo

A nota técnica que reúne tais informações foi elaborada pelo economista e professor-doutor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) Antonio Corrêa de Lacerda, a qual indica a disparidade em âmbito nacional: “Tendo como base a média de 2004, a produção física da indústria, medida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cresceu apenas 18% no acumulado. Em contrapartida, o consumo, medido pelas vendas reais do comércio ampliado (que inclui construção civil e automóveis), cresceu, no mesmo período, 97%.” Ou seja, as medidas que garantiram esse resultado, apresentadas no documento – “contínuos ganhos reais dos salários e dos programas estatais de transferência de renda, (...) políticas governamentais de desoneração tributária, redução de juros e ampliação de crédito” –, não foram acompanhadas pelo enfrentamento do desafio da produtividade no País. A mesma análise demonstra que o problema não tem origem na falta de capacidade instalada: “No mesmo período, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) identifica uma ociosidade média de 20% do parque produtivo.” Para o coordenador do “Cresce Brasil” e diretor do SEESP, Fernando Palmezan Neto, isso faz com que o País se mantenha na posição de exportador essencialmente de *commodities*.

Enfrentar essa questão é crucial diante de um cenário de estagnação econômica e di-

minuição de investimentos públicos fundamentais. “De 2007 para cá, o Brasil não está crescendo e, aparentemente, a perspectiva de expansão se reduz por certa crise de confiança do empresariado”, salienta o coordenador técnico do projeto, Carlos Monte. Ele destaca também o fato de a inflação estar “aparentemente alta e ser vista como ameaça, levando o governo à política agressiva de aumento de juros”. E de “agroindústria do álcool, por força da contenção no preço da gasolina e do diesel, ter piorado muito, o que deve ser resolvido com a medida anunciada pelo governo de aumentar a participação do etanol na mistura com a gasolina”. Além disso, complementa ele, “o pré-sal está demorando a maturar, o que já era esperado”. Por outro lado, diz, “a geração de empregos vai bem, as reservas externas estão elevadas e os programas Bolsa Família e Minha Casa Minha Vida são exitosos”. Ele resume o objetivo nessa etapa: “Manter o que está indo bem e melhorar o que não está.” No esforço para tanto, além de se debruçar sobre o tema da produção industrial, o “Cresce Brasil – Novos desafios” recupera e amplia propostas ao desenvolvimento da infraestrutura nacional. Monte sintetiza os desafios principais nesse quadro: “Continuar desenvolvendo o pré-sal e o plano de investimentos em transporte (estradas de ferro, hidrovias, portos etc.) e telecomunicações; manter a geração de emprego formal e os programas sociais (agregando, por exemplo, o ‘Internet para todos’ à universalização da banda larga); e adensar, principalmente, as cadeias produtivas industriais ligadas ao desenvolvimento da infraestrutura.” Sobre o último ponto, ele exemplifica: “Na área de transportes, para fabricação de trilhos, hoje integralmente importados, e em petróleo, de componentes para navios e plataformas.”

O coordenador técnico da iniciativa da FNE cita ainda que é preciso, no caso dos portos, “diminuir a burocracia alfandegária, aprimorando o programa ‘Porto sem papel’, e continuar a estimular a indústria da construção naval (que hoje conta com 14 estaleiros em funcionamento)”.



Crescimento da indústria medido desde 2004 ficou em 18%, enquanto o do consumo, no mesmo período, foi de 97%. Disparidade indica necessidade de incremento na produção nacional.

Cursos

LINS

Centro Universitário de Lins (Unilins)

Site: www.unilins.edu.br

E-mail: unilins@unilins.edu.br

Telefone: (14) 3533-3200

- **Especialização em infraestrutura, projetos e gestão de rodovias.** O curso objetiva capacitar profissionais atuantes na área ou que nela pretendam ingressar dentro das exigências atuais do mercado brasileiro, aprimorando os conhecimentos técnicos e fornecendo uma base sólida de conhecimentos práticos e teóricos. Carga total de 420 horas. Valor: 25 parcelas de R\$ 530,00 ou de R\$ 450,50, para quem pagar até o dia 10 de cada mês.

PIRACICABA

Centro de Energia Nuclear na

Agricultura da Associação dos

Pós-Graduandos (Cena/APG)

Site: www.cena.usp.br/apg/

E-mail: apg@cena.usp.br

Telefones: (19) 3429-4600 e 99186-5143

- **Desafios e perspectivas em ciências agrárias e ambientais.** Até o dia 8 de setembro estarão abertas as inscrições para participar do simpósio organizado pelos pós-graduandos do Cena. O evento, que será realizado de 13 a 16 de outubro, é voltado a alunos de graduação, pós-graduação e profissionais. As inscrições podem ser feitas pelo *site*. Condições de pagamento: alunos de graduação R\$ 50,00, de pós-graduação sócio R\$ 70,00, não sócio R\$ 90,00, profissional R\$ 120,00; após essa data até dia do evento, os preços são, respectivamente: R\$ 70,00, R\$ 90,00, R\$ 110,00 e R\$ 140,00. O endereço do centro é Avenida Centenário, 303.

SÃO PAULO

Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec)

Site: www.isitec.org.br

E-mail: gestao.ambiental@isitec.edu.br

Telefone: (11) 5093-7847

- **Curso de especialização em gestão ambiental.** O tema reveste-se de



grande importância nas mais diversas formas de atividades, sejam elas econômicas (industriais, agrícolas, serviços privados) ou de caráter social (serviços públicos, saneamento, habitação etc.). A pós-graduação *lato sensu*, com 396 horas, é uma parceria entre o Isitec e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e traz em sua programação toda a abrangência que o assunto exige. Dentro de um contexto de desenvolvimento sustentável, do advento da Agenda 21 e de normas ambientais, profissionais com especialização e complementação curricular nesses temas terão oportunidades de atuação em empresas, governos, entidades e consultoria. Aulas na sede do Isitec, na Rua Martiniano de Carvalho, 170, em São Paulo, a partir de 29 de agosto. Valor: 18 parcelas de R\$ 900,00, desconto de 5% para associados ao SEESP.

SANTOS

Universidade Santa Cecília (Unisanta)

Site: www.unisanta.br

E-mail: cursospos@unisanta.br

Telefone: (13) 3202-7114

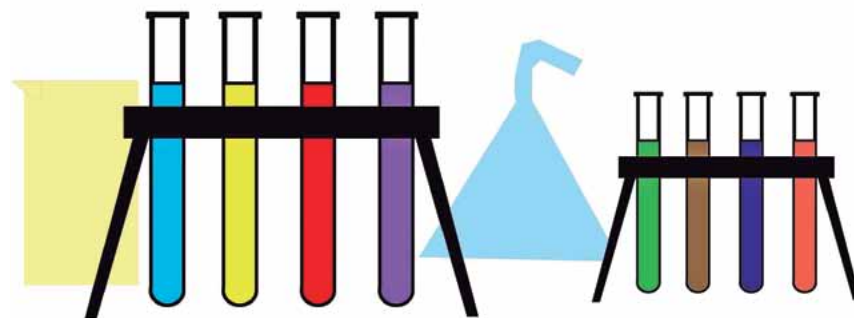
- **Pós-graduação em engenharia de petróleo e gás natural.** Pioneiro no Estado de São Paulo, o curso vem capacitando profissionais para atuação no promissor mercado de trabalho que se caracteriza pela grande demanda de mão de obra qualificada. O curso contempla um programa que abrange as áreas de geologia, engenharias de poços, de reservatórios, de produção e de processamento, além de logística e avaliação econômica de projetos de desenvolvimento da produção. Carga total de 480 horas. Início em 23 de agosto. A mensalidade é de R\$ 712,50.

Conquistas e desafios da engenharia química

ENTRE OS DIAS 11 e 15 de agosto, acontece a 11ª edição da Semana de Engenharia Química da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) com o tema “Conquistas e ambições na engenharia química: dos benefícios históricos a um olhar futuro”. As inscrições, pela internet, devem ser feitas até 8 de agosto, pelo *site* www.seq.deq.ufscar.br, com taxa de inscrição entre R\$ 40,00 e R\$ 35,00, respectivamente pacotes 1 (com visita técnica) e 2 (sem visita técnica).

Com o objetivo de apresentar uma visão sobre os benefícios alcançados por meio de desenvolvimentos em diversos ramos da engenharia química, o evento promoverá minicursos, oficinas e palestras, além de visitas técnicas a grandes empresas. A semana também visa promover debates e trocas de conhecimento entre estudantes, professores, empresas e profissionais. Ainda haverá uma mostra de iniciação científica, com premiação para os melhores trabalhos.

O evento ocorrerá no Anfiteatro Bento Prado Jr, localizado na área norte do *campus* da universidade, em São Carlos, que fica na Rodovia Washington Luís, km 235, SP-310. Mais informações neste [link](http://goo.gl/JdVFHP) <http://goo.gl/JdVFHP>.





Engenheiros entregam pauta ao presidente da Codesp

O presidente do SEESP, Murilo Celso de Campos Pinheiro, juntamente com a diretoria da Delegacia Sindical da Baixada Santista (Desibas), foi recebido pelo diretor-presidente da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), Angelino Caputo e Oliveira, no dia 1º de julho, na sede da empresa, em Santos. Os engenheiros entregaram uma pauta com oito itens que visam à valorização profissional e ao aperfeiçoamento da estrutura de trabalho. Entre eles, está o cumprimento da Lei nº 4.950-A/66, que estabelece o piso salarial da categoria em valor equivalente a nove salários mínimos vigentes



Diretoria do SEESP defende cumprimento de lei salarial dos engenheiros em reunião com o presidente da Codesp (ao centro).

no País para jornada de oito horas diárias, como ponto de partida para se pensar num plano de cargos e salários na empresa.

O executivo da companhia – também engenheiro, que está

à frente, desde maio último, da autoridade portuária – mostrou-se aberto ao diálogo, conforme avaliação dos dirigentes sindicais que participaram do encontro.

Araraquara é a 15ª delegacia do SEESP a adquirir sede própria

A Delegacia Sindical do SEESP em Araraquara será a 15ª, entre as 25 regionais, a adquirir sede própria na gestão do presidente Murilo Celso de Campos Pinheiro. Ao tomar posse do novo mandato, em abril último, ele reafirmou o compromisso de melhorar a estrutura de atendimento no interior. O presidente da delegacia, Mario Luiz Donato, concorda que é um passo fundamental para efetivar a presença do sindicato nas cidades paulistas e potencializar o trabalho realizado junto aos engenheiros. “Sem dú-



Donato destaca presença crescente do sindicato no interior paulista.

vida, tal feito nos anima ainda mais a promover ações de organização da categoria para nossa valorização profissional, assim como participarmos das lutas da sociedade”, destaca Donato.

A sede própria está localizada na Rua São Bento, 700, 9º andar, sala 93, Centro. As dependências ainda passarão por reformas e, tão logo sejam concluídas, haverá a inauguração oficial do espaço. Nesse ínterim, o atendimento aos engenheiros ocorre normalmente. Informações pelo telefone (16) 3322-3109.

Vagas, orientação, treinamentos

Por intermédio de sua área de Oportunidades & Desenvolvimento Profissional, o SEESP oferece diversos serviços aos engenheiros. Entre eles, orientação profissional (vocacional) e para elaboração de currículo, *coaching* de carreira e emissão

de carteira de trabalho via convênio com o Ministério do Trabalho e Emprego, além de cadastramento de currículos e vagas. Para se candidatar, acesse <http://goo.gl/eX7Wpq>. Mais informações pelo telefone (11) 3113-2670.



O setor elétrico brasileiro, a tormenta e a bonança

O diretor do SEESP, Carlos Augusto Ramos Kirchner, em artigo publicado no jornal *Valor Econômico*, no dia 7 de julho, critica as bases vulneráveis do setor elétrico brasileiro e diz que nunca se perdeu e se ganhou tanto dinheiro, comprando e vendendo energia elétrica como agora. Segundo ele, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) não vem fiscalizando o cumprimento da legislação de defesa da concorrência, nem monitorando os desvios de práticas de mercado anticompetitivas.

Ainda conforme Kirchner, o setor elétrico gera lucros quando o sistema vende sem contrato a energia gerada por meio de operações no mercado de curto prazo pelo alto valor do PLD (Preço da Liquidação das Diferenças) que se encontra vigente. Além disso, há indústrias que, mesmo com contratos em plena vigência, preferem paralisar parcialmente ou totalmente

sua produção e aproveitar as vantagens desta situação.

Em seu artigo, o engenheiro defende que se combata o problema com a redução compulsória e drástica do valor do PLD, mas lamenta que o governo venha preferindo os empréstimos públicos e privados para “tapar o rombo” bilionário das distribuidoras de energia.



Kirchner alerta para o mercado anticompetitivo no setor elétrico brasileiro.

Assembleias aprovam proposta salarial da CPFL

Reunidos em assembleias nos dias 1º e 2 de julho, em Campinas e Sorocaba, respectivamente, os engenheiros da CPFL PPBG (Paulista, Piratininga, Brasil e Geração) aprovaram as propostas finais das empresas para a assinatura dos Acordos Coletivos de Trabalho 2014. Entre outros itens, destacam-se: reajuste sala-

rial de 7%, Participação nos Lucros e Resultados (PLR) de 1,40% do Resultado dos Serviços (único indicador), 7,5% sobre o vale-refeição, 8,5% sobre o vale-alimentação, pagamento de vale-Natal no valor de R\$ 120,00 e aplicação de 6,38% (IPCA) aos benefícios de auxílio-creche e gratificação de férias.

Engenheiros da Sabesp na luta pela correção da curva salarial

O Plano de Cargos e Salários implantado pela Sabesp, em 2012, não solucionou a defasagem da curva salarial dos engenheiros, que segue desmotivando a categoria. Após diversas tentativas, que não obtiveram sucesso, de fazer a companhia ver o pro-

blema e agir para solucioná-lo, o SEESP decidiu circular um abaixo-assinado entre os empregados pedindo medidas que resolvam a questão efetivamente. A iniciativa visa sensibilizar a empresa para a necessidade de valorizar seus quadros técnicos.